

ALGUMAS FONTES PARA O ESTUDO DA ECONOMIA CATARINENSE DO FIM DO SÉCULO XIX: OS RELATÓRIOS DA ALFÂNDEGA DO DESTERRO

Nélvio Paulo Dutra Santos

Professor da UFSC.

Membro da Associação dos Amigos do Arquivo Público de Santa Catarina.

Filiado ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

O esforço dos presidentes da província de Santa Catarina, no século passado, para trazer e fixar imigrantes europeus, revela a consciência da necessidade de desenvolver a economia, ocupando os espaços vazios, empregando uma mão-de-obra mais produtiva. Esses governantes em sua grande maioria eram oriundos de outras províncias e geralmente por pouco tempo aqui ficavam, o que revela terem suas idéias sobre desenvolvimento levarem em conta a situação nacional, já que uma província, como diz o nome, é apenas um território subordinado a um governo central.

No período imperial, Desterro era a cidade mais importante da Província, graças inclusive ao seu porto, por onde passava a maioria das mercadorias entradas ou saídas em Santa Catarina. Não era só uma imposição legal, a geografia e a forma como evoluiu a economia na época explicam também esta predominância. A Alfândega, o órgão coletor dos tributos sobre os produtos transitados, era administrada por um inspetor, subordinado diretamente ao Presidente da Província, a quem enviava pormenorizados relatórios, com mapas numéricos e comentários. Sendo na época a

maioria do comércio catarinense feito por mar, tendo sido Desterro a cidade de maior movimento portuário, são os registros de sua Alfândega, o maior órgão arrecadador da Província, uma excelente fonte de informação sobre a evolução de nossa economia.

Através dessa documentação, pode-se ver que as colônias eram responsáveis por parte considerável da arrecadação provincial. A importação aumentou continuamente e aos poucos os colonos vão participando mais ativamente de um processo econômico que vai se sedimentando e diversificando.

O objetivo desse trabalho é demonstrar que uma leitura dos registros da antiga Alfândega do Desterro, pode, com o auxílio de outras fontes, nos dar um perfil da economia catarinense no século passado e, em certa medida, da própria sociedade como um todo. passado e, em certa medida, da própria sociedade como um todo.

Nos estudos que realizamos no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, levamos em conta alguns fatos ocorridos na década enfocada, já comprovados por historiadores, como: a guerra do Paraguai, a crise econômica brasileira, a

grande seca nordestina, e os fechamentos temporários de portos por causa das epidemias, todos fatos liga-

dos ao movimentos de exportação/importação.

I - A DÉCADA DE SETENTA E A ECONOMIA CATARINENSE

Do fim de 1864 a 1870 o Brasil envolveu-se com a guerra do Paraguai, episódio que afetou diretamente a economia catarinense, aumentando consideravelmente a exportação agrícola. Após a guerra, aumentou a população do Desterro, por causa da presença do grande e novo contingente militar, "da vinda de mulheres paraguaias e da chegada de não pequeno número de colonos, todos meros consumidores."⁽¹⁾

O aumento populacional causou a alta do preço dos gêneros e o aumento da importação. Os preços dos produtos agrícolas passaram a ser flutuantes, em função do aumento do consumo e de acontecimentos externos. Exemplos disso foram os sucessivos fechamentos dos portos do Rio da Prata a navios brasileiros por causa de epidemias e, principalmente, a grande seca do Nordeste, que propiciou uma grande exportação da mandioca catarinense, seu principal produto.⁽²⁾

Mas a economia da Província não girou, na década enfocada, só em torno de fatos externos. É possível perceber, a vista dos dados obtidos, que as importações se deram também em função de necessidades de novos consumidores: os colonos, antigos e novos. Chegados em grande número não eram só novos produtores, mas agentes ativos de troca. A surpresa do agente alfandegário com o volume das

mercadorias chegadas dos portos europeus é compreensível, e mostra que as colônias instaladas na década de cinquenta já estavam estabilizadas e que as novas seguiam o mesmo caminho, embora na época este último fato isto não fosse facilmente perceptível.

A década de setenta não foi favorável à economia brasileira, e com as exportações em alguns anos baixando drasticamente,⁽³⁾ Santa Catarina não desenvolveu o que presumivelmente poderia. Os registros confirmam ainda que não houve, apesar das crises, uma decadência ou falência local causadas pelos fatos externos. Os produtos aos poucos vão se diversificando, bem como os mercados consumidores e abastecedores, sendo o porto do Rio de Janeiro a principal ligação comercial.

Houve uma adaptação a leis de mercados, portanto, e ao fim da década o volume exportado, bem como o valor das arrecadações, era em muito superior ao seu início.⁽⁴⁾ Na década seguinte haveria uma grande queda no comércio, na indústria e na arrecadação, parte de um processo de crise que envolveu o Império⁽⁵⁾, mas nada que indique uma falha na estrutura econômica catarinense na sua formação anterior.

II - O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS DA ALFÂNDEGA

As arrecadações feitas pela Alfândega eram totalizadas por semestres, não coincidentemente com o ano civil, mas por temporada, como se registram hoje as safras. Exemplos: "1º semestre de 1875-1876", "2º semestre de 1877-1878". O segundo semestre era quase sempre de maior arrecadação, justamente em função de uma economia predominantemente agrícola e de uma tributação que

taxava pesadamente as importações, geralmente o item de maior volume da receita.

No início da década, em função do aumento da população (militares deslocados por causa da guerra do Paraguai, chegada de imigrantes, de prisioneiros, aumento de funcionários), aumentou o consumo de gêneros e a importação bateu a exportação por larga margem:

TABELA N° 1
RECEITA - 2º SEMESTRE 1871-1872

Importação	155:851\$308
Despacho Marítimo	1: 402\$979
Exportação	15:981\$759
Interior	17:315\$777
Fundo de emancipação (de escravos)	2:451\$080
Extraordinária	739\$976
Depósitos	2:296\$667
Dívida ativa - Divers. imp.	600\$050
Idem - fundo emanc.	154\$000
TOTAL	196:790\$616

Fonte: Livro da Alfândega do Desterro, 1873, relatório de 24 de fevereiro

No primeiro semestre

de 1872-1873, temos:

TABELA N° 2
RECEITA DO ANO DE 1872-1873

Importação	86:828\$392
------------	-------------

Despacho marítimo	2:055\$850
Interior	21:986\$845
Fundo de emancipação (de escravos)	2:838\$890
Extraordinária	990\$552
Depósitos	3:377\$836
Dívida ativa - div. impostos	317\$386
Idem - fundo emanc. escr.	94\$240
TOTAL GERAL	133:316\$616

Fonte: Livro da Alfândega do Desterro, 1873.

Os anos próximos seguiram o mesmo padrão: o item "importação" era o de maior volume e estava em ascensão. Na Alfân-

dega de São Francisco do Sul, de menor arrecadação, observava-se o mesmo fenômeno no começo da década:

TABELA N° 3
RECEITA DA ALFÂNDEGA DE SÃO FRANCISCO DO SUL
1870-1872

	1870-1871	1871-1872
Importação	1:881\$890	15:996\$700
Despacho Marítimo	70\$500	528\$930
Exportação	1:700\$993	2:892\$721
Interior	8:367\$537	8:196\$967
Extraordinária	40\$033	468\$403
Depósitos	45:115\$930	16:117\$722
TOTAL	57:176\$883	44:201\$442

Fonte: Relatório da Alfândega do Desterro de 1873.

As rendas auferidas meta-de da década, no Desterro, re-presentam crise que assolou o

Brasil na época ⁽⁶⁾, com queda nas importações e nas exporta-ções:

TABELA N° 4
ARRECAÇÃO DA ALFÂNDEGA DO DESTERRO
1875-1876

	1° Semestre	2° Semestre	Total
Importação	92:217\$171	111:837\$286	204:054\$457
Despacho Marítimo	655\$390	620\$000	1:275\$390
Exportação	15:167\$158	7:863\$057	23:030\$215
Interior	17:290\$625	14:893\$546	32:184\$171
Extraordinária	300:598	428\$750	729\$348
Depósitos	2:472\$440	3:230\$740	5:703\$180
Dívida ativa		1:030\$580	1:030\$580
TOTAL	128:103\$382	139:903\$959	268:007\$341

Fonte: Livro da Alfândega do Desterro de 1876.

O produto exportado de maior volume e valor era a farinha de mandioca,

inclusive para os países platinos:

TABELA N° 5
EXPORTAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA EM 1875-1876

Destino	Unid.	1° Semestre		2° Semestre	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor
Uruguai	Kg.	1.356.547	124:737\$728	256.285	23:394\$186
Argentina	Kg.	399.052	35:345\$769	502.596	54:581\$925
TOTAL		1.755.599	160:083\$497	758.881	77:976\$111

Fonte: Livro da Alfândega de 1876.

No fim da década, os números globais melhoraram e, se não fazem ainda a alegria das autoridades coletoras, não se registram lamentações. É significativo que novos itens da Receita comecem a aparecer, como o "imposto de indústrias". Não conseguimos verificar ainda se era imposto antigo ainda não cobrado pela quase inexistência de indústrias aqui ou

se era imposto novo lançado sobre uma crescente atividade. De todo modo, é notável a diversificação e o número de pequenos portos integrados, escoadouros de produtos das colônias. Chegados os produtos no Desterro eram embarcados para portos maiores, sendo cada vez mais numerosa a presença de navios a vapor, de maior tonelagem que os movidos à vela.

Para ilustrar a situação geral da economia catarinense na época, selecionamos o Relatório da Alfândega do Desterro de 1878,

que faz um retrospecto do desempenho das arrecadações e da província de um modo geral.

III O RELATÓRIO DE 1878

Dos documentos pesquisados, este é o mais completo. Transcreveremos apenas as partes julgadas necessárias

para a demonstração do trabalho. Exemplo:

TABELA N° 6
RENDA DA ALFÂNDEGA DO DESTERRO

	1° Semestre	2° Semestre	Total
1874-1875	140:903\$322	175:423\$742	316:327\$064
1875-1876	128:103\$382	139:903\$959	268:007\$341
1876-1877	162:198\$335	177:520\$790	339:719\$125
Total	431:205\$039	492:848\$491	924:053\$530

Fonte: Relatório da Alfândega de 1878.

O relatório de 1878, como alguns anteriores, explica as razões da flutuação do volume de arrecadações e das exportações, bem como das contínuas alterações dos preços dos produtos: as crises periódicas do Império, acontecimentos outros como a seca nordestina, que elevou o preço da mandioca a partir de 1877 e fechamentos temporários de portos do Prata por causa das epidemias.

Quanto ao aumento das importações, há referências quanto ao seu consumo e crescente peso na economia na arrecadação: "a verba importação que é maior em princípio e ao meio do ano, sendo

a maioria das mercadorias destinadas ao consumo das colônias da província. O primeiro lugar é o do algodão, trazido no início do ano para o uso de roupas no inverno. "Olhando-se a Tabela n° 4, ver-se-à, por exemplo, que para o ano de 1875-1876, a arrecadação foi de 268:007\$341 que o item importação contribuiu com 204:054\$457 daquele total.

O relatório reconhece "um excesso de taxaçaõ das fazendas de lã sobre as de algodão, trazido no início do ano para o uso de roupas de inverno" e mostra preocupação com a sonegação e o contrabando:

"A fiscalização é difícil e muitas vezes perigosas nos extensos ancoradouros na longa circunscrição desta alfândega, tão férteis em recantos e esconderijos favoráveis às tentativas de cometimentos". E sugere a conveniência

de dois pontos fiscais, ao norte e sul da entrada das balas próximas ao porto da capital.

Sobre a exportação para outras províncias, apresenta o Relatório seguinte:

TABELA N° 7
EXPORTAÇÃO PARA OUTRAS PROVÍNCIAS - 1878

Rio Grande do Sul	26:016\$566
Paraná	13:904\$952
São Paulo	768\$000
Rio de Janeiro	162:330\$109
Mato Grosso	85\$000
Pernambuco	91:276\$060
Ceará	930:840\$865
Maranhão	318:888\$305
Total	1.544:109\$857

Fonte: Livro da Alfândega de 1878.

A tabela mostra que o Rio de Janeiro superava largamente outras províncias na compra de produtos catarinenses, como São Paulo - uma situação que mudaria nas décadas seguintes. Os números mostram também o volume de vendas para Pernambuco, Maranhão e Ceará, atingidos pela maior seca do século passado. O texto original esclarece que "...os produtos navegados foram: farinha de mandioca para os portos do norte do Império (o Nordeste de hoje), couros secos para o Paraná, farinha, fumo, feijão, melão, café pilado, sola, toicinho, ripas de gissara, plantas vivas, frutas, ovos, amendoim com casca, outras miudezas e artefatos distribuíram-se

pelas demais províncias. Nesta exportação compreende-se os gêneros aqui importados dos diferentes portos da província."

Sobre os preços dos produtos vendidos, o mesmo texto revela que "...Os preços médios da pauta semanal ⁽⁶⁾ dos principais artigos exportados regularam a 121 réis para a farinha de mandioca, 590 réis para os couros secos, 20 réis para o fumo, 280 réis para o feijão. 680 réis para a sola e 420 réis para o toicinho, o kilograma."

As palavras e os números repetem as informações de outros relatórios da mesma época: a seca nordestina super valorizou a farinha de mandioca, permitindo o aumento espetacular de sua venda;

outros portos de Santa Catarina enviavam produtos para o Desterro para exportação, como se verá na Tabela 10, e o Rio de Janeiro era o principal porto de ligação com o Desterro.

Obviamente havia uma relação entre a flutuação de preços, de volume de mercadorias vendidas, de importação, diversificação de mercados, com fatores externos. Isso não escapou a observação do agente alfandegário:

"A importação direta apresenta a diferença para mais de R\$ 89:201\$221 no total dos valores oficiais correspondentes a 20% líquida da que houve para menos, e os competentes direitos, inclusive no primeiro semestre as porcentagens e de armazenagem é de 29:852\$213. Este pequeno aumento proveio de importação de mercadoria dos Estados Unidos que no primeiro semestre nenhuma houve, de maior suprimento importado da Inglaterra e da França para o consumo, que o alto preço a que subiu a farinha de mandioca permitiu em mais elevada escala. Seria quiçá mais avultado se o fechamento dos portos do Rio da Prata, em consequência da epidemia até a pouco reinante, não viesse entorpecer as transações comerciais deste e outros portos do Império".

A nomenclatura da época distinguia o comércio de cabotagem do de navegação costeira. O primeiro era o feito com outras províncias e o segundo, dentro dela, ambos por mar. Pode-se entender assim expressões como: "Cabotagem... o incremento que se observa nesta navegação originou-se da extraordinária exportação de farinha de mandioca para as províncias do Norte do Império (Nordeste de hoje), assoladas pela seca" e "... A mesma causa apontada na navegação de cabotagem influi para o considerável aumento que teve a (navegação) costeira conduzindo ativa a produção de farinha da província para este porto."

"Navegação e Cabotagem" é um dos títulos do Relatório, com registro dos destinos, classes e nacionalidades das embarcações que aportaram no Desterro em 1878. É notável a diferença de tonelagem entre os navios a vela e os a vapor, bem como os portos que recebiam ambos ou só esses últimos.

Os registros diferenciam as embarcações entradas e saídas de outras províncias, conforme as Tabelas N°s 8 e 9, das que vinham ou se dirigiam a portos catarinenses, constantes na Tabela N° 10.

TABELA N° 8
PROCEDÊNCIA DOS NAVIOS NO DESTERRO EM 1878

CLASSE	PROCEDÊNCIA	NACIONALIDADE	QUANTIDADE	TONELAGEM
	RJ	Brasil	32	34.198
VAPORES	RS	Brasil	30	31.436
	PR	Uruguai	1	317

	RJ	Brasil	7	1.459
	RS	Brasil	1	52
NAVIOS	PR	Brasil	1	36
A	RJ	Diversas	27	6.482
VELA	RS	Holanda	1	207
	SP	Diversas	4	1.437
	BA	Espanha	1	102
		TOTAL	105	76.026

Fonte: Livro da Alfândega do Desterro de 1878.

O registro era também minucioso quanto às embarcações | que deixavam o porto:

TABELA N° 9
DESTINO DOS NAVIOS DO PORTO DO DESTERRO EM 1878
 (Para outras províncias)

CLASSE	DESTINO	NACIONALIDADE	QUANTIDADE	TONELAGEM
	RJ	Brasil	30	32.321
VAPORES	RS	Brasil	34	34.149
	PR	Uruguai	1	317
	RJ	Brasil	1	240
	RS	Brasil	2	170
NAVIOS	PR	Brasil	1	36
A	CE	Brasil	2	446
VELA	RJ	Alem/Hol	2	416
	RS	Alemanha	1	168
	BA	Alemanha	1	198
	PE	Diversos	7	1.122
	CE	Diversos	20	4.350
	MA	Diversos	60	1.547
		TOTAL	108	76.026

Fonte: Livro da Alfândega do Desterro de 1878.

O mesmo texto informa sobre os portos da Província integrados na importação/exportação,

com destaque para Laguna e São Francisco:

TABELA N° 10
ENTRADAS E SAÍDAS - NAVEGAÇÃO INTERNA EM 1878

	Portos de Proc./dest.	Entradas		Saídas	
		Quant	Ton.	Quant	Ton.
	Laguna	14	855	14	855
VAPORES	S. Fco. do Sul	17	1.530	18	1.620
BRASIL	Araranguá	4	89	4	86
	B. Velha	22	422	23	400
	Camboriú	1	18	9	230
NAVIOS	Garopaba	5	95	12	218
A	Itajaí	36	827	36	1.327
VELA	Itapocoroi	9	211	12	238
BRASIL	Laguna	48	3.021	53	3.400
	Parati(Araquari)	1	30	1	17
	S. Fco. do Sul	5	272	5	176
	Tijucas	96	210	104	2.352
TOTAL		227	7.110	259	8.444

Fonte: Livro da Alfândega do Desterro, ano de 1878.

IV - O FIM DA DÉCADA

O relatório de 1879 apresenta números que confirmam uma tendência: o aumento da importação e o da arrecadação, conforme

a Tabela seguinte, extraída do quadro intitulado "Importação efetuada nos exercícios de 1877-1878 e 1878-1879":

TABELA N° 11
IMPORTAÇÃO DIRETA 1878-1879
 (Compras fora da Província)

Importação	Valor	Arrecadação
Direta	949:860\$995	363:872\$811
Cab. gên. estr.	1.328:678\$220	-----
Cab. gên. nac.	685:962\$332	-----
TOTAL	2.964:501\$547	363:872\$811

Fonte: Livro da Alfândega do Desterro, ano de 1879.

O total da arrecadação atingiria a cifra de R\$443:984\$010, somando-se outros impostos. O Relatório assinala que das rendas

do Interior, exatamente o segundo em volume de receita, ficaram por arrecadar alguns tributos:

TABELA N° 12
TRIBUTOS NÃO ARRECADADOS EM 1879

Foros da marinha	1:331\$822
Impostos de indústrias	3:372\$875
Taxas de escravos	1:616\$000
TOTAL	6:320\$697

Fonte: Livro da Alfândega do Desterro, ano de 1879.

Embora não arrecadado, o imposto de indústrias fazia parte de uma Receita, com previsão de arrecadação. Não foi possível ainda, como já explicado anteriormente, verificar em que ano iniciou a cobrança, nem a origem da obrigatoriedade do tributo, mas o Rela-

tório de 1878 fala em "miudezas e artefatos", vendidos pra outras províncias. O certo, é que este ítem já superava ao fim da década outros em volume de arrecadção, como o de "Depósitos de diversas origens", um dos mais importantes em anos anteriores.

V - CONCLUSÕES

À luz da documentação estudada, deduzimos que a economia provincial catarinense dependeu em grande parte, para sua evolu-

ção, de fatores externos, que provocaram altos e baixos na sua dinâmica. Havia no entanto, um potencial que correspondia a novas

exigências de mercado, como quando houve a Guerra do Paraguai ou a Seca do Nordeste.

Essas exigências eventuais, que provocaram surtos de processo traduzem não só uma dependência, mas também uma capacidade de adaptação e flexibilidade. O fato de ter hoje Santa Catarina uma economia equilibrada é, julgamos, também resultado de uma caminhada que inclui inúmeras passagens que serviram como "escola".

Afirmamos anteriormente que poderia ter havido maior crescimento não fossem as crises do Império da década de oitenta. Isto é uma projeção, pois não acreditamos que a força produtiva da província fosse menor nos anos oitenta que na década anterior, quando muitas colônias estavam ainda em fase de implantação. Os relatórios apontam cada vez com mais frequência o crescente papel das colônias, responsáveis diretamente pelos grandes e seguidos aumentos da importação. Logicamente, só a existência de recursos gerados pela venda de seus produtos é que deu às colônias um poder de compra, com saltos que permitiram a participação ativa na economia nacional. Mais do que isso, eram freqüentes as compras diretas do exterior, apesar dos altos impostos cobrados neste tipo de operação.

O grande volume de farinha de mandioca exportado para o Nordeste ao fim da década enfocada, revela também que não só as

novas colônias eram capazes de produzir gêneros excedentes. A mandioca era plantada principalmente pelos luso-brasileiros, no litoral ou próximo a ele, sendo transportada - conforme os relatórios descrevem textualmente - para os pequenos portos e daí para o Desterro, de onde seguiam em embarcações maiores para os centros consumidores. Isto evidencia a existência de um sistema que tinha como centro o porto da capital da Província.

As tabelas mostram que a maior ligação portuária era com o Rio de Janeiro, enquanto São Paulo tinha ainda uma participação reduzida. Argentina e Uruguai eram mercados permanentes, com interrupção de fluxo de compras somente quando epidemias impediam o acesso a seus portos. É significativo também a participação de numerosos e pequenos portos catarinenses como escoadouros da produção agrícola, desde São Francisco e Parati, ao norte, até Araranguá, no sul. Como as embarcações chegavam com gêneros ao Desterro e saíam com praticamente a mesma tonelagem, inferimos que estavam levando na volta mercadorias importadas de outros centros. Isto mostra que praticamente todo o litoral estava integrado ao sistema de importação/exportação.

NOTAS

(1) - Livro da Alfândega do Desterro, 1876.

(2) - Relatório do Superintendente da Alfândega ao Presidente da Província de Santa Catarina, em 12 de outubro de 1878. Livro da Alfândega do Desterro de 1878.

(3) - HÜBNER, Laura Machado. O comércio da cidade do Desterro no século XIX. Fpolis, Ed. da UFSC, 1981, pp. 54-55.

(4) - A arrecadação de 1878-1879, como vimos, foi de R\$ 443:984\$010; a de 1874-1875, 316:327\$064; a de 1875- 1876, 268:007\$341; e a de 1876-1877..., 339:719\$125.

(5) - Conf. HÜBNER, op. cit.

(6) - Ibidem

(7) - Relatório do Superintendente da Alfândega do Desterro, de 23 de dezembro de 1876.

(8) - A pauta semanal era fixada após o levantamento de preços feita por agentes informais em diversos lugares, era sem dúvida um tanto arbitrária, segundo Hübner.